

**“A ANTROPOLOGIA ME REVELOU NOVAS FORMAS DE VIVER,
PENSAR, SER E ATUAR NO MUNDO, OFERECENDO UM
HORIZONTE CRÍTICO E TRANSFORMADOR”:**

Entrevista com Érica Quinaglia Silva

**Ester Danielle Faria de Sousa¹
Érica Quinaglia Silva²**

Resumo: O presente trabalho consiste em uma entrevista com a antropóloga e pesquisadora Érica Quinaglia. A metodologia abordada para realização do presente trabalho, consistiu em uma entrevista semiestruturada realizada em junho de 2025 em formato presencial, no Instituto de Ciências Sociais (ICS/UNB). O objetivo central do diálogo é compreender melhor a trajetória acadêmica e profissional de Érica, especialmente por sua formação interdisciplinar em Direito e Antropologia. A partir dele, foi possível mapear os caminhos e possibilidades para a atuação da Antropologia junto ao Direito, contribuindo para compreensão e visualização de quais são as alternativas e viabilidades da inserção da antropologia jurídica/antropologia do direito no mercado de trabalho. A junção das duas áreas do conhecimento certamente possibilitou concluir que a interface Direito e Antropologia tem forte contribuição na construção de uma formação plural, interdisciplinar e completa, permitindo um olhar mais sensível às realidades sociais e culturais.

Palavras-Chave: Direito; Antropologia; Dupla-Formação; Mercado de Trabalho.

INTRODUÇÃO

Sou Ester Danielle Faria de Sousa, estudante de graduação no curso de Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB), atualmente cursando o 4 semestre. Desde o início da graduação, a minha trajetória acadêmica tem sido marcada fortemente pelo compromisso com a produção de conhecimento crítico e pela busca por uma formação interdisciplinar. A possibilidade de uma futura dupla habilitação em Antropologia e Direito pela Universidade de Brasília (UnB), fortaleceu para além de um desejo, o objetivo de integrar e me formar nessas duas áreas de conhecimento pela dupla diplomação.

O interesse nesta interface resultou na produção e realização desta entrevista com a antropóloga e pesquisadora Érica Quinaglia, da qual é fruto da disciplina “Antropologia e Mercado de Trabalho”, ministrada pela professora Soraya Resende Fleischer. Nosso diálogo aqui apresentado, certamente contribuirá para melhor entendimento da atuação dessas duas áreas como possibilidades para construção de uma carreira e com isso, suas possíveis

¹ Graduação, Universidade de Brasília (UnB) - ester.faria315@gmail.com

² Professora, Universidade de Brasília (UnB) - equinaglia@yahoo.com.br

atuações inseridas no mercado de trabalho. Ela permite a visualização de novos horizontes para aqueles que tiverem curiosidade em pavimentar um caminho semelhante na construção de uma formação plural e completa.

Ester Faria: Primeiro, gostaria de agradecer pela disponibilidade e oportunidade de conversar comigo. O objetivo desta entrevista é compreender melhor sua trajetória acadêmica e profissional, especialmente por sua formação interdisciplinar em Direito e Antropologia.

Érica Quinaglia: Sou eu que agradeço o convite, Ester.

Ester Faria: Assim como vários alunos, quando entramos em Ciências Sociais, nem mesmo sabemos o que é a Antropologia e muitos têm dificuldade de visualizar concretamente o que faz esta área e quais são as oportunidades de trabalho para esse campo. Portanto, decidem seguir pela Licenciatura ou Bacharelado em Sociologia, que são opções de graduação dentro das Ciências Sociais. Algumas pessoas, inclusive, entram em Ciências Sociais achando que é Serviço Social e acabam se surpreendendo. Poucos de nós arriscamos ficar na Antropologia. A falta de informações sobre o curso pode explicar um pouco da evasão para outras áreas de graduação ou para outras universidades públicas e privadas. No meu caso, também foi assim: eu não tinha muita clareza do que era Antropologia, fui descobrindo no caminho.

Érica Quinaglia: Eu também passei por esse processo, Ester. Escolhi Direito inicialmente porque era considerado um curso desafiador e privilegiado. Contudo, durante a graduação, comecei a cursar disciplinas na Antropologia e foi nesse curso que encontrei um espaço de reflexão, criação e crítica que me encantou. Acabei pedindo uma mudança de curso, mesmo com a resistência da minha família — meus pais são médicos e não conheciam bem a Antropologia.

Ester Faria: Sobre sua formação acadêmica e trajetória pessoal, em que momento surgiu o interesse pelo Direito e o que influenciou sua decisão de fazer o curso? E depois, em que momento surgiu o interesse pela Antropologia? Você fez graduação e/ou pós-graduação? Poderia compartilhar o que motivou sua escolha pela formação múltipla pelo curso de Direito e de Antropologia, e qual foi o caminho até essa decisão?

Houve um interesse anterior por outra área? Como foi o processo de conciliar essas duas formações acadêmicas? Quais desafios ou pontos de convergência que lhe chamaram atenção ao longo dessa trajetória?

Érica Quináglia: Vou começar falando um pouco da minha trajetória. Eu nasci em Brasília, embora meus pais não sejam daqui. Eles vieram de outros estados e ambos são médicos. Desde cedo, fui uma estudante muito dedicada, considerada “a melhor da turma”. Sempre gostei bastante de estudar e tirei notas altas na escola. Na minha formação escolar, o ensino ainda era marcado por um modelo tradicional, centrado na transmissão e reprodução de conteúdos. Hoje percebo que esse formato vem mudando e, inclusive, quando busquei uma escola para o meu filho, optei por uma proposta menos conteudista, que oferecesse mais possibilidades de enxergar o mundo além do simples acúmulo de informações. No meu caso, fui treinada e disciplinada para passar no vestibular, o que de fato aconteceu quando ingressei no curso de Direito na Universidade de Brasília (UnB). Foi nesse período que comecei a perceber como minha trajetória acadêmica³ estava baseada, sobretudo, na reprodução de conhecimentos. Na UnB existe uma possibilidade de trânsito entre diferentes cursos e foi assim que comecei a cursar algumas disciplinas de Antropologia.

Quando comecei a cursar tais disciplinas, percebi que havia espaço para criação, inovação e até mesmo subversão dentro da universidade. Em um ato que considerei insurgente, decidi mudar de curso e solicitar uma transferência para Antropologia. Essa decisão gerou certo impacto na minha família, já que sempre existiu uma expectativa em relação a mim como “a melhor aluna da turma”, que havia ingressado no prestigiado curso de Direito.

Além disso, meus pais, ambos médicos, tinham uma visão bastante tradicional sobre as opções acadêmicas possíveis, restrita a carreiras como Medicina, Direito ou Engenharia. Mesmo assim, banqueei minha decisão e finalizei a graduação em Antropologia, ainda que o Direito nunca tenha deixado de fazer parte do meu percurso. O Direito nunca me abandonou, ou eu nunca abandonei efetivamente o Direito.

Portanto, quando penso no meu interesse inicial pelo Direito, percebo que ele surgiu em um contexto de pouca maturidade. Ao sair da escola, ainda conhecia pouco sobre as opções acadêmicas e os caminhos possíveis. Fiz vestibular para Direito não porque fosse uma escolha consciente, mas porque acreditava que era o curso mais difícil dentro das Ciências

³ O espaço destinado às referências também foi usado como guia de produções e publicações (artigos, capítulos de livros, livros e notícias em jornais) referentes à pesquisa sobre a loucura em conflito com a lei, recomendados pela entrevistada Érica Quináglia

Humanas e Sociais. Pensava que, se fosse aprovada, teria depois a possibilidade de mudar de curso, se quisesse.

Reconheço também que essa decisão foi influenciada pelas expectativas que recaíam sobre mim, na minha relação com a sociedade: familiares, amigos/as e professores/as que me viam como “a melhor aluna da turma”. Tive o privilégio de me dedicar intensamente aos estudos para passar em Direito e acabei escolhendo esse curso porque, naquele momento, o enxergava como um desafio pessoal. Sempre gostei muito de estudar e buscar metas que me estimulassem a me superar, e o ingresso em Direito parecia representar exatamente isso para mim naquele momento. Assim, a escolha teve mais relação com as pressões externas do que com um desejo pessoal. A minha escolha pessoal foi pela Antropologia.

Minha verdadeira escolha veio, portanto, já dentro da universidade, quando tive contato com diversas disciplinas e me apaixonei pela Antropologia. Foi nesse campo que encontrei um espaço de reflexão e criação que fazia sentido para mim. A Antropologia me revelou novas formas de viver, pensar, ser e atuar no mundo, oferecendo um horizonte crítico e transformador. Além disso, sempre dialoguei muito com o campo das Políticas Públicas, entendendo a etnografia como um método e uma teoria profundamente política. Ela permite observar o Estado “de baixo”, a partir de demandas concretas da sociedade, revelando outras perspectivas de ação e compreensão da realidade social.

Após a graduação, segui para um mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, e depois realizei um doutorado na França, na Sorbonne, transitando por cursos como Antropologia, Sociologia e Demografia. Quando voltei para o Brasil, decidi fazer um pós-doutorado em uma associação interinstitucional que reúne a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, campos que me permitiram articular as perspectivas da Antropologia e da Sociologia com aquelas da Saúde, do Direito e das Políticas Públicas.

Atualmente, atuo como professora na UnB, no curso de graduação em Saúde Coletiva, que é marcado pela interdisciplinaridade, e no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH). Nesta função, tenho a oportunidade de compartilhar espaço com professores/as que foram meus/minhas mestres/as no Direito, como José Geraldo de Sousa Júnior, Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto, Alexandre Bernardino Costa e Menelick de Carvalho Netto, agora como colegas de docência.

Esse diálogo entre diferentes áreas não acontece apenas nos colegiados de graduação e pós-graduação, mas também está presente nas minhas pesquisas, nos projetos de extensão e nas aulas que ministro. Ademais, como editora-chefe da Revista *Ética na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*⁴, vinculada ao PPGDH, essas áreas articulam-se com a Bioética e a ética em pesquisa, em uma reafirmação da minha atuação no encontro com a sociedade em suas múltiplas dimensões.

Transitei por campos distintos e mesmo quando parecia que havia deixado um de lado, acabava retornando a ele, formando um percurso em espiral, sempre em movimento e aberto. Essa trajetória parece-me enriquecedora, sobretudo pela possibilidade de articular esses universos em uma mesma experiência profissional e pessoal.

Ester Faria: Érica, agora gostaria de saber sobre as suas experiências no campo da Antropologia e do Direito: De que maneira o estudo nessas duas áreas impactou a sua visão de mundo, tanto no âmbito pessoal quanto profissional? Há alguma experiência de atuação que tenha sido particularmente marcante e que gostaria de compartilhar?

Érica Quináglia: Acredito que a etnografia é uma ferramenta poderosa para produzir projetos de pesquisa e extensão capazes de transformar a realidade, voltados para demandas sociais concretas, vindas dos/das meus/minhas interlocutores/as. Nesse sentido, meu objetivo é refletir sobre essas realidades e, quem sabe, contribuir para modificá-las.

Nos últimos anos, tenho me dedicado a temas como crime e loucura, realizando trabalhos de pesquisa e extensão há mais de uma década dentro de manicômios judiciários. Esse é um campo em que a interface entre Antropologia, Saúde, Direito e Políticas Públicas se torna evidente, pois abrange legislações como o Código Penal e a Lei nº 10.216/2001, – que tratam da aplicação da medida de segurança a pessoas com transtornos mentais ou deficiências psicossociais em conflito com a lei – assim como os tensionamentos envolvidos na implementação da política antimanicomial. A etnografia, nesse contexto, tem sido uma ferramenta que permite compreender e conhecer as experiências e realidades desses sujeitos e dar visibilidade às suas demandas.

Nesses trabalhos, tenho explorado diferentes linguagens, além da escrita acadêmica, como a produção audiovisual. Dirigi, por exemplo, o filme etnográfico *Absolvição Imprópria*⁵ (Quinaglia, 2018). Esse filme, que já foi exibido no Cine Brasília e em outros espaços busca provocar uma reflexão sobre os manicômios judiciários, espaços aos quais

⁴ Revista disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/EPCHS>

⁵ Filme disponível em: <https://vimeo.com/328866211>

essas pessoas são destinadas, e denunciá-los como locais de tortura, clausura e silenciamento. Esse filme também foi exibido para operadores do Direito — juízes, promotores, procuradores e defensores — e para a sociedade em geral, como uma forma de sensibilizar diferentes públicos e tensionar práticas institucionais. Acredito que iniciativas como essa funcionam como ferramentas políticas, capazes de impulsionar mudanças a partir das vozes daqueles/as que vivem essa realidade.

Também tenho desenvolvido projetos de pesquisa e extensão relacionados aos efeitos prolongados da covid-19, igualmente em diálogo com os Direitos Humanos e as Políticas Públicas. Nesse trabalho, tenho refletido sobre as ações do Estado e as violações ocorridas durante a pandemia e, ao mesmo tempo, sobre as respostas locais das comunidades, com foco nas estratégias de enfrentamento de pessoas que adoeceram, vivem com covid longa ou perderam familiares.

Um dos resultados desses projetos foi a criação do Jardim Sentinela, um memorial físico e virtual desenvolvido como resposta às demandas de memória e reparação em atenção aos Direitos Humanos das vítimas da covid-19. O memorial físico está localizado na UnB, entre a L3 e a Colina, ao lado do Posto Policial Militar. Ao restaurar o bioma do Cerrado por meio do plantio de copaíbas, este projeto ressignifica simbolicamente as vidas perdidas na pandemia. O memorial virtual traz relatos das vivências das pessoas que partiram de modo a preservar a memória coletiva dessa tragédia que vivenciamos. Qualquer pessoa pode registrar homenagens a entes queridos. Ele pode ser acessado por meio da página na internet⁶, e também tem um perfil no Instagram⁷ desse projeto.

Além disso, esse engajamento me levou a participar de reuniões no Ministério da Saúde, a convite da Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (AVICO), para discutir políticas de reparação, memória e atenção à saúde mental de sobreviventes da pandemia.

Essas iniciativas buscam mostrar como diferentes linguagens — textuais, audiovisuais, digitais e cartográficas — podem funcionar como ferramentas políticas para alcançar e engajar a sociedade e, quiçá, pautar algumas de suas demandas na agenda governamental. Acredito que o trabalho na universidade — seja na pesquisa, na extensão ou no ensino — precisa repercutir para além de seus muros, para além desse espaço “fechado”. O que me move profissionalmente e pessoalmente é justamente a possibilidade de promover modificações concretas na realidade social, de forma implicada e não apenas teórica.

⁶ www.jardimsentinela.com.br.

⁷ @jardim.sentinela

Ester: Em sua prática profissional atual, como se dá a articulação entre os conhecimentos adquiridos nas áreas de Direito e Antropologia? Como a sua atuação é diferente de uma antropóloga que tem uma formação toda dentro da Antropologia? Quais desafios foram mais significativos ao buscar integrar essas duas áreas no mercado de trabalho? Os profissionais das duas áreas conseguem conversar e dialogar bem, na sua opinião?

Érica Quináglia: Mesmo tendo me formado em Antropologia, o Direito nunca deixou de me acompanhar. O campo jurídico é fundamental para mim tanto como profissional quanto como cidadã.

Lembro que, quando mudei para a Antropologia, nunca imaginei que me tornaria professora. Durante o meu doutorado na França, por exemplo, meu objetivo era trabalhar em organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Cheguei a viver essa experiência em Paris, quando trabalhei na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2009.

Atuei em dois projetos muito enriquecedores: um deles, em espanhol, voltado à elaboração de recomendações políticas para a prevenção da violência juvenil na América Latina. Esse projeto coletivo teve como um de seus resultados a publicação do livro *Desenvolvimento Juvenil e Prevenção da Violência: a Experiência Centro-Americana*. O outro projeto, em inglês, concernia à organização do 6º Fórum da Juventude da UNESCO (que ocorreu entre 1 e 3 outubro de 2009 em Paris), com pautas variadas de políticas e direitos.

Esse trabalho ocorreu durante a realização do meu doutorado. Foram aprendizados intensos e de muito proveito que me mostraram possibilidades profissionais para além da carreira acadêmica. Trabalhar em uma organização internacional é uma possibilidade concreta para quem se forma em Ciências Humanas e Sociais, inclusive em áreas interdisciplinares. Não é necessário estar fora do Brasil para isso, já que muitas consultorias podem ser realizadas a partir daqui, embora também exista a oportunidade de viajar e atuar em diferentes países. Essas experiências mostram como os caminhos profissionais para além da carreira acadêmica são diversos e acessíveis.

Apesar disso, decidi deixar a UNESCO por sentir uma distância entre o discurso institucional e a prática cotidiana. Essa organização prega igualdade de gênero e de etnia, mas, como mulher latina, vivi situações que me frustraram. Essa experiência me fez repensar a minha escolha inicial e optei por redirecionar os meus caminhos profissionais, saindo da UNESCO e retornando ao Brasil. Ainda assim, acredito que esses seguem sendo espaços

importantes e possíveis para profissionais das Ciências Humanas e Sociais, com trabalhos relevantes e transformadores.

Ester Faria: Quais são as suas reflexões sobre o campo interdisciplinar: Em sua opinião, qual é a relevância do olhar antropológico para profissionais do Direito, especialmente em contextos sociais complexos? Quais competências acadêmicas e humanas você considera essenciais para quem deseja construir uma trajetória que dialogue entre Direito e Antropologia? São competências encontradas na universidade ou em outros espaços de atuação? É preciso formação complementar e autodidata para alinhar as duas áreas?

Érica Quináglia: Curiosamente, mesmo depois da graduação, do mestrado, do doutorado e do início do pós-doutorado, eu ainda não pensava em ser professora. Sempre fui muito tímida: como estudante, não levantava a mão para fazer perguntas em sala; preferia anotar dúvidas no caderno; e procurava os/as professores/as depois da aula. Nunca imaginei que daria aula para 60, 70 e até mais estudantes.

A mudança aconteceu quando, no meu pós-doutorado, sob supervisão da professora e também antropóloga Débora Diniz, ela me incentivou a prestar concurso para docência na UnB. Na época, eu estava me preparando para outra carreira: queria ser gestora de políticas públicas e já estudava para um concurso nessa área, com bons resultados em simulados. Mesmo assim, a confiança que Débora depositou em mim me fez repensar a minha escolha. O incentivo de uma professora que eu tanto admirava foi decisivo para que eu aceitasse o desafio de me tornar docente.

No meu pós-doutorado, meu tema de pesquisa era sobre a judicialização de medicamentos de alto custo, no qual eu investigava como famílias e grupos de pessoas com doenças raras recorriam à Justiça para garantir seu direito à saúde. Esse tema mostrava, mais uma vez, como o Direito atravessava minha trajetória. Quando minha supervisora sugeriu que eu prestasse o concurso para professora da UnB, ela permitiu que eu me dedicasse ao estudo para a seleção. Esse voto de confiança me motivou, mesmo sem grandes expectativas, porque o meu foco continuava a ser o concurso para gestora de políticas públicas.

Lembro que, no dia das provas na UnB, estava empolgada e feliz, apesar de não ter me preparado especificamente para elas. No concurso, havia várias etapas, inclusive a didática, em que o/a candidato/a sorteava um tema e devia ministrar uma aula. O tema que sorteei foi justamente Antropologia da Saúde, área que me interpelava profundamente.

Quando comecei a dar essa aula, senti-me inspirada, como se tivesse encontrado o meu espaço de atuação profissional. Foi uma experiência tão gratificante que saí da sala com a sensação de realização. Para minha surpresa, fui aprovada em primeiro lugar e assumi o concurso.

Foi nesse momento que percebi que, apesar de ter planejado outros caminhos, a docência podia ser, de fato, o meu lugar. Lembro que comecei a dar aulas na UnB e falava para minha mãe: “Mãe, vou dar aula neste dia. Vá ao cursinho acompanhar e anotar as aulas porque quero continuar a estudar para o concurso de gestora de políticas públicas”. Com o tempo, fui me apaixonando pela sala de aula. Descobri que amava o contato com os/as estudantes e a liberdade para realizar projetos de pesquisa e extensão sobre temas que me afetavam.

Percebi que a universidade oferece muita autonomia e possibilidades de atuação, algo que eu valorizava desde a graduação.

Aos poucos, abandonei a ideia do concurso público para gestora de políticas públicas, que jamais prestei, e liberei minha mãe do pedido que havia feito de acompanhar as aulas do cursinho para mim, decidindo abraçar de vez a carreira acadêmica, pois gostava do que estava fazendo. No entanto, também reconheço que a atuação como gestora pública, em diferentes Ministérios, como o da Saúde, da Educação e da Cultura, é uma possibilidade que amplia o leque de atuação profissional de pessoas formadas em Ciências Humanas e Sociais.

Os desafios que enfrentei abriram portas para muitas oportunidades. Tive o privilégio de me dedicar aos estudos e me preparar para passar no vestibular em um curso concorrido e, posteriormente, escolher o curso que efetivamente queria. Em seguida, também fui privilegiada por poder realizar minha pós-graduação e, nesse percurso, transitar por espaços diversos de atuação profissional. Tornei-me professora na UnB com 29 anos e, desde então, a docência continua a me encantar.

Mesmo para quem não muda de curso ou chega “de paraquedas” nas Ciências Humanas e Sociais, especificamente na Antropologia, sem saber exatamente o que está fazendo, esse curso pode abrir muitas portas, desde que sejam buscados os caminhos possíveis. Não é necessário sair de um curso considerado difícil, como o Direito, para encontrar diferentes possibilidades de atuação profissional. O que a professora e também antropóloga Soraya Fleischer propõe em uma de suas disciplinas no Departamento de Antropologia (DAN) na UnB é justamente esta abertura: ao conhecer diferentes instituições e profissionais egressos/as do curso, mostra modos de atuação diversos, independentemente do percurso acadêmico inicial.

O Direito, por exemplo, pode ser sempre um campo de diálogo. Podemos frequentar disciplinas, ler referências e nos aprofundar em temas específicos desse e de outros campos disciplinares. No meu caso, já como professora na UnB desde 2012, decidi neste ano de 2025 fazer um MBA na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) em Políticas Sociais para compreender melhor esse campo de atuação e suas interfaces com a Antropologia, a Saúde e o Direito. Essa experiência tem me mostrado que é possível transitar por diferentes áreas em qualquer momento da vida, por meio de cursos, leituras e diálogos, que enriquecem a nossa trajetória. Além disso, minhas experiências profissionais ampliaram minha visão sobre o mundo e mostraram a riqueza de interações com diferentes profissionais, reforçando a importância de explorar múltiplos caminhos ao longo da carreira. Acho que essas são oportunidades que temos que ir abraçando.

Ester Faria: Em relação às suas orientações para futuros estudantes e leitores, que conselhos você ofereceria a uma estudante de Ciências Sociais que aspira seguir um percurso acadêmico e profissional semelhante ao seu? Poderia indicar autores, livros ou experiências que tenham sido fundamentais em sua formação e que poderiam enriquecer o percurso de quem está começando nessa área interdisciplinar? Consegue se lembrar de alguma autora que tenha formação dupla na Antropologia e no Direito?

Érica Quináglia: Meu primeiro conselho para qualquer estudante universitário/a é explorar todas as possibilidades que a universidade oferece: aproveitar a universidade em toda a sua amplitude, considerando o tripé ensino, pesquisa e extensão. Muitas vezes, os/as alunos/as se limitam a assistir às aulas e voltar para casa, mas é fundamental participar de projetos de pesquisa e extensão. Enquanto nas disciplinas temos acesso a conteúdos teóricos e referências de autores/as, nos projetos de extensão, por exemplo, conseguimos estabelecer contato direto com a sociedade.

A disciplina citada que a Soraya propõe, ao integrar atividades de extensão, permite que os/as estudantes vivenciem a interação da universidade com a comunidade. Outro caso concreto de projeto de extensão é o mencionado Jardim Sentinela, construído como resultado da colaboração de uma equipe de professores/as e estudantes com movimentos sociais – a AVICO e o BordaLuta, um movimento de bordadeiras de luta do DF que bordou nomes de vítimas da covid-19 em um painel exposto na inauguração do espaço (seu trabalho pode ser conhecido pelo perfil no Instagram⁸). Essas experiências demonstram como a extensão

⁸ @bordaluta

enriquece o aprendizado, conecta o conhecimento acadêmico à realidade social e amplia as oportunidades de atuação profissional.

Além disso, programas de iniciação científica, como o ProIC, também oferecem possibilidades de conhecer e aprofundar determinados temas, em contato com a realidade, por meio de pesquisas, redação e publicação de artigos e publicização dos resultados desses trabalhos para a comunidade. Essas são oportunidades para extrapolar os muros acadêmicos e trilhar caminhos de diálogo entre universidade e sociedade, aproximando a produção científica das necessidades sociais concretas.

Outro conselho que considero importante é se aproximar de pessoas inspiradoras, que abram horizontes e caminhos ao longo da trajetória acadêmica. É importante se aproximar de pessoas, sobretudo professores/as, que inspirem, pois elas nos orientam e motivam ao longo da trajetória acadêmica. Relações de orientação são fundamentais, mas podem ser assimétricas, principalmente para mulheres e outros grupos historicamente marginalizados, como constatei em experiências no Brasil e no exterior. Por isso, valorizar encontros e relações mais horizontais é essencial, algo que, em minha experiência, muitas mulheres na universidade proporcionaram, oferecendo orientação e apoio em contextos mais equitativos e colaborativos.

Ao longo da minha caminhada, tive a sorte de contar com mulheres fundamentais, como Sônia Maluf (UFSC), minha coorientadora no doutorado; Debora Diniz (UnB), minha supervisora no pós-doutorado; e Soraya Fleischer (UnB), colega na UnB e amiga. Não vejo isso apenas como coincidência de gênero, mas como parte de uma feminização do mundo, um processo de relação mais coletiva e igualitária com o mundo, que abriu muitas portas para mim.

Sônia, por exemplo, foi referência não só pela acessibilidade e forma de dar aulas em rodas de conversa, mas também por me inspirar a imaginar minha atuação como professora. Com ela, mantenho diálogos constantes: organizamos e coordenamos grupos de trabalho, participamos de eventos conjuntos, escrevemos e publicamos artigos, capítulos de livros e livros.

Débora, por sua vez, foi parceira tanto na minha iniciação como docente, quando me ofereceu estímulo e dicas valiosas, quanto no apoio mais recente à minha entrada no PPGDH.

Já a Soraya, mesmo sem ser minha orientadora ou supervisora, sempre esteve disponível para conversas e me encorajou a retomar meu trabalho em um momento de letargia decorrente de perdas inestimáveis que sofri na pandemia. “Quando a limonada havia azedado e mesmo estragado”, ela me impulsionou a construir algo de significativo: o filme “Nós nunca esqueceremos”, dedicado à memória das vítimas da covid-19, que está em fase

de edição (e pode ser acompanhado pelo perfil no Instagram⁹), deve um agradecimento especial a ela. A Soraya me instigou, portanto, a transformar esse sofrimento em tema de pesquisa e extensão, incentivando-me a pensar de que forma aquela experiência poderia gerar conhecimento e contribuição política e social. Ao participar de grupos de pesquisa como o Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva (CASCA), coordenado por ela, também me sinto inspirada a tecer relações mais horizontais com meus/minhas orientandos/as, estudantes de graduação e pós-graduação.

Essas mulheres reforçaram a ideia de que, na vida profissional e pessoal, podemos encontrar pessoas que nos abrem perspectivas de atuação e nos inspiram a seguir novos caminhos. Estar próxima delas tem sido uma experiência enriquecedora.

Esses trânsitos são fundamentais e só se tornam possíveis por meio de redes de contato. Por isso, considero que meu segundo conselho, depois de aproveitar todas as oportunidades que a universidade oferece, é se aproximar de pessoas e grupos que abram caminhos e ampliem horizontes. Esses vínculos permitem que sejamos integradas a grupos de pesquisa, participemos de eventos, ingressemos em programas de pós-graduação, entre tantas outras possibilidades.

Fora da universidade, esses contatos são igualmente valiosos, pois criam oportunidades de articulação interdisciplinar e atuação em diferentes espaços.

Retomando o exemplo do Direito, embora eu tenha seguido outros rumos, mantenho laços com colegas e amigos/as desse campo. Isso me possibilita, por exemplo, ser convidada para palestras e eventos e também convidá-los/las para nossa programação na UnB. Essas conexões, tanto profissionais quanto pessoais, são basilares e importantes.

Ester Faria: Caso pudesse revisitar sua trajetória, há algo que faria de maneira diferente, seja na graduação, na escolha de áreas de estudo, nos projetos e produtos, nas experiências profissionais?

Érica Quináglia: Quando terminei a graduação, segui diretamente para o mestrado, depois para o doutorado e, em seguida, para o pós-doutorado, tudo de forma contínua. Esse é um caminho possível, mas não o único. Talvez, se tivesse feito escolhas diferentes, tivesse acumulado mais experiências práticas que poderiam ter se tornado temas de pesquisa. No entanto, sempre gostei muito de estudar e, mesmo sem saber que me tornaria professora, optei por seguir essa trajetória acadêmica ininterrupta. Hoje, não acho que faria algo diferente

⁹ @nos.nunca.esqueceremos

porque acredito que, se eu quiser explorar novos caminhos, posso fazê-lo no presente. Foi assim quando decidi me especializar em Políticas Sociais, por exemplo. Não gosto de olhar para o passado com arrependimento, mas sim com carinho, reconhecendo que ele me trouxe aprendizados e experiências que me permitem, agora, fazer as escolhas que desejar.

Ester Faria: Vejo que experiências como essa são muito ricas, não apenas pelo aprendizado acadêmico, mas também pelos vínculos humanos que se constroem. Muitas vezes, as pessoas pensam na universidade apenas em termos de caixinhas, como se uma entrevista ou um projeto se encerrasse em si mesmos, mas acredito no contrário: essas experiências criam conexões que podem se prolongar e gerar novas possibilidades de aprendizado, pesquisa e convivência. Grata pela oportunidade de poder conversar, de poder conhecê- lá, Érica.

Acredito que podemos continuar aprendendo com as pessoas que conhecemos e mantemos contato ao longo da vida. Lembro que a primeira entrevista que realizei foi ainda no Ensino Médio, em uma atividade simples, em que eu fazia perguntas e passava o microfone. Curiosamente, essa experiência me aproximou de um jornalista com quem mantenho contato até hoje: trocamos ideias, compartilhamos materiais e seguimos aprendendo juntos. Para mim, a idade nunca foi um limite, dialogar com pessoas em vários e diferentes momentos da vida é uma oportunidade de aprender com suas experiências, e isso enriquece muito meu percurso e de outras pessoas. Sinto que estou apenas começando, mas quero continuar nesse movimento de conhecer e aprender com pessoas como você, Érica, e como a Soraya, que possibilitou nosso encontro.

Érica Quináglia: Obrigada, Ester! Já disse à Soraya algumas vezes, mas não canso de repetir: seu carinho e atenção comigo abriram muitas portas para mim e acredito que esses vínculos são fundamentais.

Ester Faria: Uma das lições que aprendi é que não precisamos nos prender a um único tema por toda a vida. Pelo contrário, cada pesquisa pode se conectar de maneiras inesperadas e enriquecer outras áreas e como tudo isso vai dançando assim, como um grande guarda-chuva.

Érica Quináglia: Certo! Na graduação, investiguei as representações da morte no cinema e na literatura. No mestrado, voltei-me às pessoas que denominei “observadoras privilegiadas

do limite” – coveiros e demais profissionais envolvidos na preparação de corpos, enterros e exumações –, buscando compreender como lidavam com a morte. Já no doutorado, passei a pesquisar, não apenas a morte, mas os mortos, explorando a relação entre saúde e espiritualidade, especialmente no campo das curas espirituais, articulando a Antropologia a práticas de cuidado em saúde. No pós-doutorado, adentrei o universo da Bioética, campo que se ocupa justamente dos limites entre vida e morte, e investiguei a judicialização de medicamentos de alto custo. Já como professora da UnB, continuo a me debruçar sobre questões éticas e sociais suscitadas por decisões que envolvem cuidados, finitude e dignidade humana por meio de pesquisas sobre crime e loucura, de um lado, e luto e memória em tempos (pós-)pandêmicos, de outro.

Embora à primeira vista pareça que mudei de foco, percebo que todos esses temas estão profundamente conectados: há um interesse por questões éticas, sociais e políticas suscitadas por decisões que atravessam vidas humanas. Esses estudos envolvem a proteção da dignidade, o acesso a direitos e a formulação de respostas coletivas frente a experiências de perda e vulnerabilidades, bem como a busca por justiça social. Assim, percebo que a pesquisa é como um baile: temas se entrelaçam, afrouxam e depois desinquietam, compondo uma dança que faz sentido e revela coragem.

Ester Faria: Novamente, quero agradecer pela oportunidade deste encontro e pela conversa tão cuidadosa. Gostei muito da troca, da atenção e até mesmo do convite para um café, que fica como promessa para uma próxima ocasião. Fico feliz por estar em contato com alguém que já trilhou o caminho que busco percorrer entre a Antropologia e o Direito, e isso me inspira muito. Também sou grata a você e à Soraya pela confiança em meu trabalho e por me incluírem nesta experiência. Desejo muito sucesso na sua trajetória e coloco-me à disposição para seguirmos em diálogo, seja em novos encontros, seja para compartilhar ideias.

Érica Quináglia: Espero que possamos continuar em contato, quem sabe em um próximo café. Desejo muito êxito na sua carreira e em todas as escolhas que fizer. Percebi pelos e-mails que trocamos e neste encontro que realizamos que você demonstra ser uma pessoa muito dedicada aos estudos e profundamente envolvida com o que propõe fazer. Por isso, tenho certeza de que o seu caminho será brilhante. Muito obrigada pela oportunidade desta conversa. Até a próxima, Ester!

Referências

LEVY, Beatriz Figueiredo; SILVA, ERICA QUINAGLIA; BRAGA DA ROCHA, WESLEY. **Narrativas em disputa sobre a loucura:** da (re)produção discursiva sobre a periculosidade aos agenciamentos das internas em manicômios judiciais no Pará e no Distrito Federal. *ANTROPOLÍTICA: REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA*, v. 55, p. 1-32, 2023.

MALUF, Sônia Weidner (Org.); QUINAGLIA SILVA, Erica (Org.). **Estado, políticas e agenciamentos sociais em saúde:** etnografias comparadas. 1. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018. 293p.

MARQUES, João Vinícius; CONRADO, Monica Prates; QUINAGLIA SILVA, Érica. **Vivências egressas de sujeitos em sofrimento psíquico em conflito com a lei:** uma contribuição crítica dos pensamentos negros sobre a medida de segurança no estado do Pará. *Revista ABPN*, v. 16, p. 1184-1231, 2023.

QUINAGLIA SILVA, Érica (Direção). **ABSOLVIÇÃO IMPRÓPRIA.** Filme etnográfico (26 min). Disponível em: <https://vimeo.com/328866211>. 2018.

QUINAGLIA SILVA, Érica; SILVA, Aline Wanessa Pinheiro da. **A verdade oculta da loucura:** a construção desse conceito e as conquistas trazidas pela reforma psiquiátrica no Brasil e no Pará. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 144, p. 357-375, 2018.

QUINAGLIA SILVA, Érica. **A política pública de saúde mental e a construção do indivíduo “perigoso” no âmbito da medida de segurança no Distrito Federal.** In: *Antropologias, saúde e contextos de crise*. Brasília: Sobrescrita, v. 1, p. 74-85, 2018.

QUINAGLIA SILVA, Érica; ROCHA, Wesley Braga da; OLIVEIRA, Gabriel Dourado de. **A política nacional de saúde mental e suas (in)adequações:** uma perspectiva do Estado 'visto de baixo'. In: *Antropologias do contemporâneo: uma homenagem a Sônia Weidner Maluf*. 1 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2022, p. 185-214

QUINAGLIA SILVA, Érica. **Cartografias em confluências:** afetividades emergentes do encontro com a loucura em conflito com a lei. *Saúde e Sociedade*: 32(4), 2023.

QUINAGLIA SILVA, Érica; CALEGARI, Marília. **Crime e loucura:** estudo sobre a medida de segurança no Distrito Federal. *REVISTA ANTHROPOLÓGICAS*, v. 29, p. 154-187, 2018.

QUINAGLIA SILVA, Érica; LEVY, Beatriz Figueiredo; ZELL, Flávia Siqueira Corrêa. **Dangerous women:** The deviant duality of crazy offenders. *ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO*, p. 28-53, 2020.

QUINAGLIA SILVA, Érica; ZELL, Flávia Siqueira Corrêa. **Ética na pesquisa antropológica:** a vulnerabilidade dos participantes com transtornos mentais. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 10, p. 518-536, 2018.

QUINAGLIA SILVA, Érica; SANTOS, Josenaide Engracia dos; CRUZ, Mônica Oliveira da. **Gênero, raça e loucura:** o perfil das mulheres que cumprem medida de segurança no Distrito Federal. In: *Estado, políticas e agenciamentos sociais em saúde: etnografias comparadas*. Florianópolis: Editora da UFSC, v.1, p. 45-59, 2018

QUINAGLIA SILVA, Érica; BORGES, Juliana Cristina Barbosa. **O Instituto de Saúde Mental e a ressignificação da loucura:** a política de atenção psicossocial no Distrito

Federal. In: Direitos humanos, cidadania e violência no Brasil: estudos interdisciplinares. 1 ed. Curitiba: CRV, 2020, v.7, p. 447-464.

QUINAGLIA SILVA, Érica; CARNEVALE, Vanessa Andréa de Souza. **Os distanciamentos e as aproximações entre a norma e sua atualização**: o Paili como possibilidade de conversão da legislação em políticas públicas de saúde mental. In: Direitos humanos, cidadania e violência no Brasil: estudos interdisciplinares. Curitiba: Editora CRV, v. 6, p. 399-424, 2018.

QUINAGLIA SILVA, Érica; CAETANO, Haroldo. **Por um Brasil sem manicômios judiciários**. JOTA, 31 maio 2024.

QUINAGLIA SILVA, Érica; ANDRADE, Ana Paula Müller de; MARTINHAGO, Fernanda; ROSSAL, Marcelo. **Practices, policies and discourses in the mental health field**. ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO, p. 24-27, 2020.

QUITO, Equador: UNESCO, 2009: **Desenvolvimento Juvenil e Prevenção da Violência: a Experiência Centro-Americana**. Disponível em: <https://policycommons.net/artifacts/8338667/youth-development-and-violence-prevention/>.

Artigo recebido em 15/11/2025.

Aprovado em 13/01/2026.